

VOZES do Paraopeba

ANIVERSÁRIO
3 ANOS
DO Vozes DO
PARAOPEBA

Minas Gerais - novembro de 2024 | Ano 3 | Edição 36 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  Aedas

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E A DEFESA DOS TERRITÓRIOS NEGROS



Foto: João Dias

ATUALIZAÇÕES DO PTR

FGV divulga data para redução de parcelas e regularização de documentos

pág. 10

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Conheça a trajetória de Kelma Araújo, do Parque da Cachoeira, em Brumadinho

pág. 04

ANIVERSÁRIO DO Vozes DO PARAOPEBA

Jornal completa 3 anos a serviço das pessoas atingidas

pág. 8 e 9



EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Ranúzia Neta
Nina de Castro Jorge
Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Gestão Operacional
Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

A EXPLORAÇÃO MINERÁRIA E O RACISMO AMBIENTAL

Foto: Felipe Cunha/ Aedas



Cartaz feito durante dinâmica no Seminário Temático sobre Povos e Comunidades Tradicionais em Brumadinho.

O rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho é, em sua essência, um retrato do Racismo Ambiental que construiu a ocupação do país e ditou a exploração do minério. Levando em consideração o território de Minas Gerais, cerca de 80% das barragens de mineração estão localizadas em territórios cuja maioria da população é negra. Segundo dados da Aedas, as pessoas atingidas nas Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba são majoritariamente negras, sendo 54% na R1 e 47% na R2.

O Racismo Ambiental pode se manifestar em medidas, práticas ou atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem pessoas, grupos, comunidades ou territórios por motivos de raça ou cor. Empreendimentos

minerários são implantados geralmente em regiões ocupadas por populações que sofrem com a escassez de oferta de serviços públicos e estão mais propícias a situações de vulnerabilidade social, como falta d'água, enchentes e problemas no acesso a direitos.

Ademais, a prática extrativista desenfreada coloca em risco o território dos povos e comunidades tradicionais e suas práticas de preservação ambiental, condição para sua reprodução cultural, socioeconômica e ancestral. Há um vínculo estreito entre esses povos e a população negra, e esse manejo a partir do conhecimento tradicional é fundamental para a continuidade da própria biodiversidade.

Neste mês de novembro, que marca a luta contra o racismo

no país, a Aedas reafirma o compromisso com as categorias sociais e coletividades vulnerabilizadas e com os grupos culturalmente diferenciados na luta pela reparação integral e justa que contemple a especificidade destes grupos.



Cerca de 80% das barragens de mineração estão localizadas em territórios cuja maioria da população é negra

VOZES DA GENTE

No Vozes da Gente desta edição, leia os depoimentos das pessoas atingidas que participaram da Oficina de Comunicação Popular na R2 e os relatos das atingidas de Brumadinho sobre a importância do Jornal Vozes do Paraopeba, que completa 3 anos neste mês de novembro.

COMUNICAÇÃO COMO DIREITO

“ Se você não se comunica, nada se resolve. Quem vai resolver por você? Ninguém! A Vale se comunica do jeito dela, só nos conta o que acha que precisamos saber. Aqui, lutamos pela comunicação como um direito. Adorei as oficinas; foram ótimas! Acho que deveriam durar mais de um dia!



SORAYA CRISTINA
Satélite, Juatuba

EXPRESSANDO SENTIMENTOS E HISTÓRIAS

“ Hoje aprendemos ferramentas de comunicação. Fizemos uma atividade em que trouxemos fotos e, a partir delas, criamos um curta-metragem, expressando o sentimento e o significado dessas imagens para nós. Aprendemos técnicas de gravação e edição. Sem comunicação, você não sai do lugar. É essencial ter uma comunicação que realmente expresse o que você quer transmitir.



MELLINA ANGEL,
Boa Esperança, São Joaquim de Bicas

COMUNICAÇÃO PARA FORTALECIMENTO

“ O Jornal Vozes do Paraopeba é uma ferramenta essencial para comunicar o processo de reparação de forma acessível, garantindo que a informação chegue de maneira clara e direta às pessoas atingidas.



ILZA MARCIA,
Planalto, Brumadinho

UM JORNAL QUE INCENTIVA

“ A divulgação que o jornal faz é muito importante para a nossa comunidade, ele chega até as casas das pessoas, oferecendo um meio de leitura. Inclusive, nós levamos a edição para nosso projeto 'Aprendendo no Quintal' e, no meio do mês, as pessoas já perguntam se vai ter outra edição.



IRIS DA PIEDADE,
Piedade do Paraopeba, Brumadinho

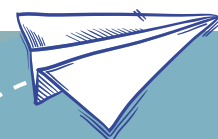


Participe do Vozes da Gente! Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

Kelma Araújo:
entre as marcas do passado
e as lutas do presente

Texto e fotografias: Felipe Cunha

MÃE E CONSELHEIRA COMUNITÁRIA, ELA ENFRENTA OS DESAFIOS DE UM TERRITÓRIO MARCADO PELO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL



KELMA ARAÚJO, 29 ANOS,
▪ PARQUE DA CACHOEIRA, BRUMADINHO

Kelma Araújo vive há oito anos no Parque da Cachoeira. A região, conhecida como "Zona Quente", carrega as cicatrizes de um desastre ambiental que transformou profundamente a vida de seus moradores. Mãe do pequeno Ravi, de dois anos, ela é símbolo de resistência e esperança na comunidade, enfrentando os desafios com coragem e determinação.

"Minha trajetória no Parque foi conhecer os dois lados: a parte boa e a parte ruim. Acordar com poeira no ar e o minério impregnado em todos os cantos se tornou uma constante. Nossas crianças adoecem e o bairro, que antes era um lugar de liberdade, está sendo destruído. Não

temos mais a vida de antes."

As casas também ficam impregnadas de partículas de minério: "Você passa o dedo e vê a poeira", descreve Kelma, expondo o impacto direto na sua rotina como mãe solo. "Entre cuidar do filho, Ravi, e manter a casa limpa, o trabalho dobra".

Antes do rompimento, os moradores do Parque desfrutavam do rio para lazer e celebravam juntos os festejos. Hoje, o cenário é outro: muitos moradores se mudaram e a vida comunitária foi transformada pelo desastre.

Kelma enfrenta a realidade de não ter sido indenizada nem reconhecida como atingida oficialmente, uma luta que já dura anos. Sem acesso ao Programa de Transferência de Renda, ela

se vê em uma batalha constante por justiça e dignidade. "Minha luta é pelo reconhecimento enquanto atingida".

"Aqui no Parque não fomos contemplados pelo Acordo. Nenhuma obra de política pública chegou até nós e eu também não recebo o PTR. A esperança que resta está no Anexo I.1", expressa Kelma.

A atingida se dedica à luta pela reparação, tanto por meio das atividades promovidas pela Aedas, quanto em sua atuação como conselheira fiscal da associação de moradores da comunidade. Para ela, a resistência coletiva é essencial para alcançar justiça. "A luta continua. Eu acho que sem luta não há justiça. Se todos não

se unirem, a causa não é reconhecida. Mesmo com as nossas diferenças, temos que continuar na busca pela reparação".

Sempre acreditando na força da união e na justiça que ainda precisa ser feita, Kelma afirma: "o que me motiva é saber que não estamos sozinhos. Enquanto estivermos juntos, a luta vai ecoar."

"A LUTA CONTINUA. EU ACHO QUE SEM LUTA NÃO HÁ JUSTIÇA!"

“A GENTE NUNCA PODE JOGAR FORA NOSSOS ANTEPASSADOS”

RECONHECIMENTO. Quilombo Rodrigues, em Brumadinho, conquista o direito de renomear ruas em homenagem a seus antepassados

Douglas Keesen

A identificação de ruas desempenha um papel essencial na organização e funcionalidade dos espaços urbanos e rurais. Além de facilitar a orientação de moradores e visitantes, ela garante o acesso a serviços básicos indispensáveis, como entrega de correspondências, transporte escolar e atendimento médico de emergência. Contudo, a nomeação de uma rua não se

limita apenas à praticidade: ela também reflete a relevância histórica, cultural e social de uma comunidade, preservando memórias e identidades.

Na Comunidade Quilombola de Rodrigues, localizada em Brumadinho, duas ruas receberam nomes a pedido dos próprios moradores. A antiga Rua Um passou a ser chamada de Rua Eduardo Francisco dos Santos, enquanto a Rua Dois foi nomeada Rua Odorico Antunes. O processo de escolha dos nomes envolveu reuniões participativas dos moradores,

“

Lutaram, venceram e foram fortes



Dona Maria Matuzinha relata a conquista dos moradores

que decidiram em conjunto os homenageados. A decisão foi encaminhada para a Câmara de Vereadores do município, que aprovou a solicitação.

No dia 25 de junho de 2024, a prefeitura de Brumadinho oficializou a nomeação das ruas, atendendo ao pedido da comunidade. Dona Maria Matuzinha, uma das principais lideranças no processo, destacou a importância dos homenageados, Eduardo Francisco dos Santos e Odorico Antunes, na construção e preservação da Comunidade Quilombola de Rodrigues. Ambos foram figuras ativas e dedicadas, cuja trajetória marcou profundamente a história local. Segundo Dona Matuzinha, “Lutaram, venceram e foram fortes”, deixando um legado que ecoa até hoje.

Dona Maria Matuzinha acrescentou que Eduardo Francisco dos Santos foi um homem trabalhador e comprometido com as lutas e necessidades da comunidade. Ele cuidava de um moinho, que era utilizado por todos os moradores e se dedicava à limpeza do córrego que passa

pela região. Já Odorico Antunes trabalhava na perfuração de cisternas, garantindo o acesso à água, além de colaborar na manutenção das estradas e das roças. Ambos foram exemplos de liderança, solidariedade e resiliência.

A escolha dos nomes traz não apenas uma homenagem a duas pessoas amadas pela comunidade, mas é um ato de preservação da memória e história do Quilombo Rodrigues. Dona Maria Matuzinha destacou que a denominação das ruas foi feita para todos que os conheceram pessoalmente, os que não conheceram, mas estão presentes na comunidade, e as futuras gerações, que conhecerão suas trajetórias de vida. “A gente nunca pode jogar fora nossos antepassados”, enfatiza.

Ela também ressaltou que Eduardo Francisco dos Santos e Odorico Antunes viveram em tempos marcados pelas dificuldades impostas pela herança da escravidão. “Só mudou o jeito da escravidão; continuamos sendo escravos do mesmo jeito, e pra eles foi bem pior”.

A COR DA MEMÓRIA: ANCESTRALIDADE, RESISTÊNCIA E A DEFESA DOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

CONSCIÊNCIA NEGRA. Nos espaços participativos, pessoas negras exercem seu papel na luta pela reparação, para um presente e futuro melhores

Antonio Sampaio, Diego Germano, Janaína Moscal e Isis Oliveira

No Dia Nacional de Zumbi e Consciência Negra, 20 de novembro, relembramos a importância da conquista da liberdade do povo negro. A data foi recentemente reconhecida como feriado nacional pela lei nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023.

SOU, DE ONDE VENHO!

Maria Matuzinha, do Quilombo Rodrigues, em Brumadinho, conta suas memórias do território e dá cor, som e sentimento às lembranças dos banhos na Cachoeira dos Três Tombos; da sua mãe acordando as crianças, a caminhada, as brincadeiras, os lanches levados, e muitas vezes vendidos para auxiliar na renda da família. Embora a cachoeira esteja poluída e não receba mais os moradores do quilombo ou visitantes, ainda é lugar de memórias para ela e patrimônio natural da Comunidade Rodrigues, que deve ser preservada e lembrada para que seja recuperada.

Os Reinados, Congados, Terreiros de Matriz Africana e os Quilombos não apenas celebram as memórias de suas conquistas, mas também denunciam negligências e discriminações estruturais contra a população negra, como a falta de direitos, o genocídio da juventude, o apagamento histórico das suas contribuições para o país, entre outras demandas da luta antirracista.

As noções de patrimônio, em suas diversas categorias - material, imaterial, biogenético, natural - são também maneiras de escolher e contar as memórias que serão preservadas. Essenciais para a sociedade, devem ser cuidadas e mantidas nas paisagens e nos territórios, pois promovem técnicas, saberes, práticas tradicionais, festejos, manejos

dos recursos naturais e modos de vida. No entanto, ao longo da história nacional, as instituições e processos de patrimonialização têm favorecido como patrimônios os elementos que remetem às memórias dos colonizadores, negligenciando do território e da paisagem a presença de outros grupos sociais culturalmente diferenciados e suas memórias.

POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A DEFESA DOS TERRITÓRIOS NEGROS

Os movimentos negros conquistaram o reconhecimento das comunidades quilombolas como patrimônio cultural brasileiro, dando visibilidade aos modos de

vida, tradições, saberes e culturas deste segmento da população negra, tão fundamental para a consolidação do país. Nos Art. 68 e 216 da Constituição Federal, os territórios remanescentes de quilombo são reconhecidos como patrimônio cultural:

“§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

Foto: Arquivo Aedas



Celebrações de fé e resistência nos territórios.

Festa da Consciência Negra. Quilombo do Sapé - Brumadinho

Celebrações de fé e resistência nos territórios.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), o (INCRA) e o IPHAN, disponibilizaram para consulta pública, os processos administrativos para o tombamento dos sítios e remanescentes de quilombos, incluindo a Portaria 135 de 20 de novembro de 2023, que regulamenta o tombamento via IPHAN. Isso visa mitigar impactos dos conflitos fundiários, que acontecem nos quilombos no Brasil e tornam seus territórios vulneráveis.

Os processos de patrimonialização de Matrizes Africanas e Indígenas indicam escutas e olhares, feitos pelas mãos daqueles que criaram a nação, a partir do patrimônio edificado e por eles construídos. É o manejo e o conhecimento do território que oferecem substância para a produção de modos de vida, que atravessam os caminhos e tecem memórias que seguem sendo atualizadas.

Os quilombos de Brumadinho, como os Quilombos Ribeirão, Sapé, Rodrigues, Marinhos,

REMEMORAR E RESISTIR

Sanhudo, Gunga e outros, além das demais comunidades negras rurais, em processo de autodeclaração como Povos e Comunidades Tradicionais - a exemplo de Santa Efigênia, Grotas, Casinhas, Gomes, Taquaraçu e Massangano -, continuam a resistir, compartilhando suas trajetórias com narrativas próprias. Contam suas histórias e impulsionam a luta por direitos, por território e pelo futuro ancestral das comunidades.

Para os filhos e filhas do Quilombo Gunga, por exemplo, o território é patrimônio e o objetivo é viver neste território em harmonia e solidariedade. Suas histórias do processo de ocupação do território destacam que os direitos quilombolas e benefícios da certificação e titulação deverão contemplar e abraçar todos e todas, pois reconhecem e discutem que os demais

moradores também são vítimas do racismo estrutural e outras violências raciais e sociais. Destacam ainda que o processo de reconhecimento do território quilombola não gera expulsões ou perda de direitos para pessoas não quilombolas.

A luta dos movimentos negros e dos povos tradicionais está diretamente ligada à preservação da memória de seus territórios e tradições e isso implica no comprometimento do Estado com essas comunidades, contudo, não há garantias e a negligência e discriminação institucional seguem sendo parte dessa história. O apagamento dessas memórias é um dos braços do racismo estrutural, que não só discrimina, ataca e segrega pessoas não brancas, mas também deseja eliminar ou esconder as suas tradições e expressões culturais.

Refazer as tradições, em cada prática cotidiana, sagrada ou profana, à cada festejo, brincadeiras, formas de construção do conhecimento e saberes. Desde

“Preservar estas riquezas é vital para alimentar as memórias coletivas e individuais, mantê-las vivas e transformá-las num mapa em direção a um futuro ancestral”

as técnicas de plantio e colheita, culinária, até nos manejos dos recursos ambientais, práticas de cura, artesanatos, na escuta e valorização das anciãs, essas comunidades mantêm vivas suas tradições, essencialmente atualizando e reinventando suas memórias cotidianamente.

Preservar estas riquezas é vital para alimentar as memórias coletivas e individuais, mantê-las vivas e transformá-las num mapa em direção a um futuro ancestral, que queremos e precisamos, com as memórias das ancestralidades indígenas, quilombolas e negras, cujos patrimônios e riquezas de ensinamentos traçam caminhos e instrumentos para garantir a vida plural de todos a cada manhã. Leia a matéria na íntegra no site da Aedas.

Fotos: João Dias / Aedas

Foto: Gabriela Cotta / Aedas

JORNAL VOZES DO PARAPEBA: HÁ TRÊS ANOS A SERVIÇO DAS PESSOAS ATINGIDAS

COMUNICAÇÃO POPULAR. Com circulação mensal nas regiões 1 e 2, o periódico reflete a luta das pessoas atingidas e o cotidiano da reparação

Diego Cota

Há três anos era impensável a primeira edição do Jornal Vozes do Paraopeba, o periódico mensal da Aedas, assessoria técnica independente dos atingidos das regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias vitimadas pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão.

Da primeira edição até a atual (36ª), o Vozes do Paraopeba levou para o território as principais notícias que envolvem a reparação, a vida da população atingida, o cotidiano dos territórios e seus danos causados pelo rompimento.

Já são mais de 300 mil exemplares impressos, que levaram aos leitores temas como o Anexo I.1, o direito à ATI, a luta dos Familiares de Vítimas Fatais, das mulheres, da



Foto: Rurian Valentino/Aedas

Distribuição da segunda edição do jornal em Encontro de Lideranças, em dezembro de 2021

população negra, pela saúde e qualidade de vida no território atingido, entre outros.

Nesta edição, vamos falar sobre essa ferramenta de comunicação a serviço da população atingida. “Quando pensamos na edição de um jornal impresso, o nosso objetivo era ter uma ferramenta de comunicação que chegasse até a casa das pessoas atingidas e aos espaços comunitários dos territórios assessorados pela Aedas. Tudo foi planejado para que ele fosse o mais acessível possível na linguagem, na sua forma gráfica e expressasse as reais demandas dos territórios atingidos”, lembra Elaine Bezerra, coordenadora de comunicação da Aedas Paraopeba.

O Vozes do Paraopeba é resultado de um trabalho coletivo da equipe de comunicação no diálogo com as

peças atingidas, como destaca Diva Braga, Gerente Geral de Participação Informada do Projeto Paraopeba: “O Jornal é um orgulho para nós. São três anos, ininterruptos, em que as pessoas atingidas das regiões 1 e 2 recebem mensalmente o jornal Vozes do Paraopeba em mãos. O Jornal é um organizador coletivo das pessoas atingidas e suas diversas pautas, cumprindo um papel importante para a mobilização boca a boca, na acessibilidade daqueles que não acessam internet, na identificação de sua imagem, suas histórias. Em suas páginas, a equipe de comunicação, com seus jornalistas e designers, traduz em forma (diagramação e projeto gráfico) e conteúdo (matérias, reportagens, histórias, agendas) o trabalho de todas as equipes da Aedas e das pessoas atingidas no

processo da Reparação. O Vozes é Participação Informada com jornalismo, poesia, literatura e luta social”.

Espaço de informação, o Vozes do Paraopeba tem também um cantinho reservado para contar sobre a vida das pessoas atingidas. Produzida pelo jornalista Felipe Cunha, a coluna Histórias Atingidas estreou na edição 14, de fevereiro de 2023, e mensalmente leva ao leitor a história de vida da pessoa entrevistada e sua relação com o território.

“Cada história atingida é um encontro que me afeta e me permite conhecer, de perto, a trajetória das pessoas atingidas unidas por um fio em comum: os danos causados pela mineração em suas vidas. Acredito que o jornalismo, a fotografia e o texto são pontes sensíveis, capazes

“

Participação Informada com jornalismo, poesia, literatura e luta social

de costurar memórias, dar voz e mostrar a força do povo em suas lutas”, contou Felipe Cunha.

A redação e a impressão são etapas importantes para o jornal. É a consolidação da informação no veículo que vai comunicar com a população atingida. Além delas, a distribuição é outra parte essencial para que todo o processo se realize. Quem promove essa etapa é a equipe de Mobilização Social, que também integra o Eixo de Participação Informada, juntamente com a Comunicação.



O jornal é um meio onde o povo atingido pode se ver sendo protagonista

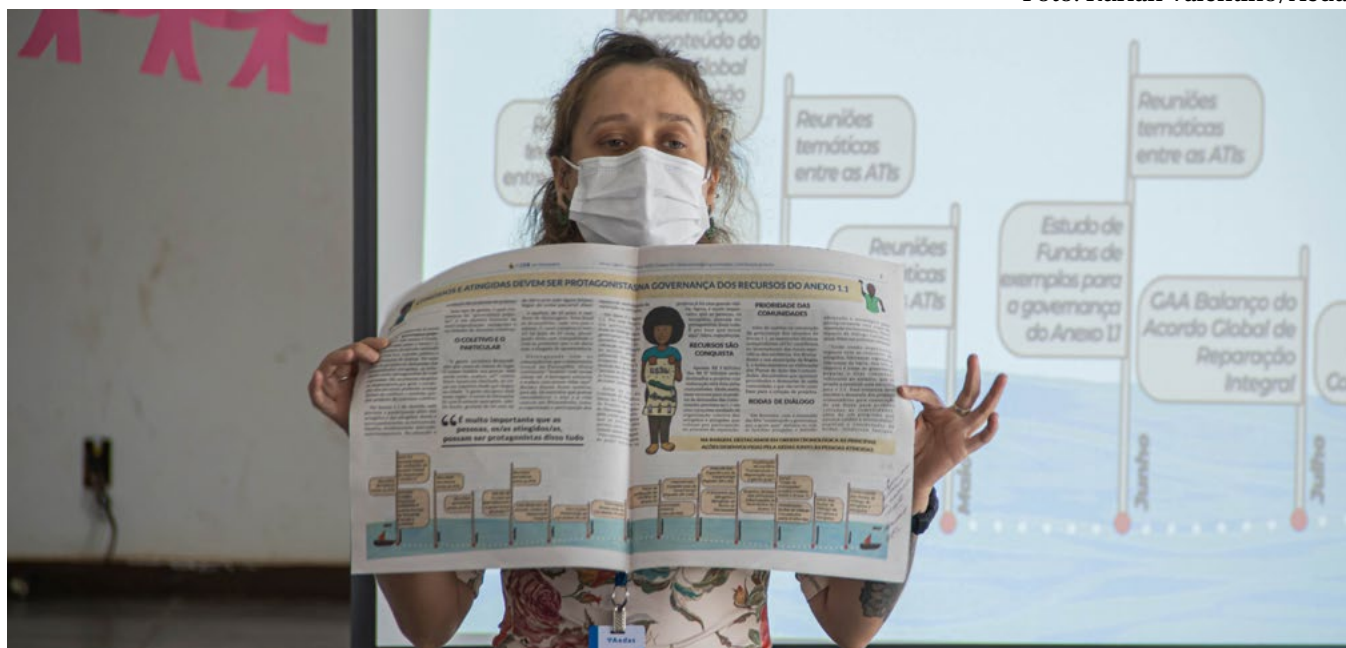


Foto: Rurian Valentino/Aedas

Conteúdo do Jornal como apoio na Formação de AGMs, em Brumadinho, em abril de 2022

Mensalmente, o jornal é entregue para as lideranças atingidas dos territórios das Regiões 1 e 2. São, ao todo, sete municípios em que circulam os exemplares: Brumadinho, Mário Campos, Betim, São Joaquim de Bicas, Juatuba, Igarapé e Mateus Leme.

Para Jota Campos, mobilizadora social na Região 2, a dinâmica de distribuição do jornal fortalece os vínculos comunitários e os da ATI com

as comunidades. “O jornal é um meio onde o povo atingido pode se ver sendo protagonista, reconhecendo nas histórias dos outros companheiros atingidos as suas próprias lutas e vitórias”, disse.

“Receber o jornal é importante, pois fortalece o vínculo entre a Aedas e as atingidas e atingidos e, ao mesmo tempo, fortalece também o vínculo das lideranças com suas

comunidades, pois elas contribuem distribuindo os jornais para seus vizinhos e amigos”, acrescentou a mobilizadora.

Nesses três anos, o Vozes do Paraopeba tem se mostrado um veículo potente de construção de uma comunicação popular para a garantia da participação informada e fortalecimento do protagonismo das pessoas atingidas na luta por reparação integral e justa.

Foto: Júlia Rohden/Aedas



Vozes do Paraopeba integrou a metodologia da última Formação em Direitos Humanos, em agosto de 2024

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS DIVULGA DATA PARA REDUÇÃO GRADUAL DAS PARCELAS DO PTR E REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL

RENDA. Em novembro foram divulgados dois comunicados importantes sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR) que afetam atingidos de toda a Bacia do Paraopeba

Julia Rohden

No início do mês de novembro, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez dois comunicados importantes sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR): o primeiro definiu prazo para regularização de cadastros e o segundo informou que a redução gradual do valor das parcelas acontecerá a partir de março de 2025.

Em relação à redução das parcelas, as pessoas atingidas passarão a receber metade do valor atual. No entanto, familiares de vítimas fatais, adolescentes e crianças não terão os valores alterados.

A medida já estava prevista no Edital de Chamamento Público, documento que rege as regras e critérios do PTR, e foi

determinada pelas Instituições de Justiça. O documento, divulgado em 2021, previa a redução por volta dos últimos 12 meses de duração do PTR para amenizar o impacto do fim do Programa sobre o orçamento das famílias.

De acordo com a FGV, as parcelas retroativas do PTR e Pagamento Emergencial não terão os valores reduzidos, o que muda são apenas as parcelas do PTR vencidas a partir de março de 2025. A Fundação ainda afirmou que a projeção atual de duração do PTR continua sendo abril de 2026, mas alerta que pode sofrer alteração.

As comunidades atingidas se manifestaram contra o informe da FGV e estão organizadas para evitar o corte proposto.

Confira como ficarão os valores:

Adultos que moravam na Zona Quente

Valor que recebem atualmente

Valor que receberão a partir de março de 2025

Um salário-mínimo

Meio salário-mínimo

Adultos que moravam em outras comunidades e municípios fora da Zona Quente

Valor que recebem atualmente

Valor que receberão a partir de março de 2025

Meio salário-mínimo

1/4 de salário-mínimo

Familiares de vítimas fatais, adolescentes e crianças

Valor que recebem atualmente

Valor que receberão a partir de março de 2025

Sem alteração

Sem alteração

PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL

Outra informação divulgada pela FGV é que todas as pessoas que fizeram cadastro no PTR e possuem alguma pendência documental irão receber avisos para apresentação dos documentos que faltam e/ou precisam ser corrigidos. Esse pode ser um dos motivos da ausência de um parecer definitivo, ou seja, da não aprovação ou negação para ingressar no Programa.

- 1 Entenda como irá funcionar a regularização:
 - 2 > Pessoa atingida que fez o cadastrado no PTR e ainda não recebeu negativa nem aprovação porque está com pendência de documentos.
 - 3 > FGV enviará três SMS no celular informado no cadastro durante três semanas seguidas.
 - 4 > Se a pendência não for resolvida, a FGV fará uma nova tentativa de contato por ligação.
 - 5 > Se ainda não for resolvida, a FGV enviará uma última notificação por SMS dando o prazo final de 30 dias para o cumprimento da exigência.
 - 6 > Passados os 30 dias, o cadastro será encaminhado para parecer final de "não aprovação" em razão do "não atendimento de exigência".
 - 7 > A pessoa atingida que discordar da decisão poderá apresentar recurso (não há prazo para recorrer).
 - 8 > Assim que apresentado recurso, a FGV terá 30 dias para analisar o caso.

giro de **notícias**



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Movimento pressiona pela retomada do Trem de Passageiros

O movimento “Queremos o Trem de Volta” pressiona pela retomada do transporte ferroviário de passageiros em Minas Gerais que tem se limitado ao transporte de cargas de minério. Em outubro, o grupo incentivou a população da RMBH a enviar contribuições à Agência Nacional de Transportes Terrestres contra a renovação automática da concessão da Ferrovia Centro Atlântica com a empresa VLI. Para o movimento, o retorno do trem de passageiros é importante para melhorar o trânsito, reduzir a poluição e atender às necessidades de mobilidade da população.

Aedas realiza visitas técnicas do Anexo I.1



Foto: Valmir Macêdo / Aedas

A Aedas iniciou a segunda rodada de Visitas Técnicas do Anexo I.1 que tem como objetivo apresentar a sistematização prévia dos danos coletivos sofridos pelas comunidades atingidas, a fim de preparar as lideranças para o início da conferência dos danos coletivos que serão base para as medidas de reparação do Anexo I.1. Após a realização das Visitas Técnicas, haverá Reuniões Intercomunitárias para que as comunidades possam debater os danos coletivos levantados até o momento.

Aedas realiza Oficina de Comunicadores Populares na Região 2



Foto: Felipe Cunha / Aedas

No dia 26 de outubro foi a vez das pessoas atingidas da Região 2 participarem de Oficina de Comunicadores Populares. O encontro reuniu comunidades de Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Juatuba para discutir temas como imagem e som, direitos humanos e memória. As pessoas atingidas produziram seus próprios filmes-memória que você pode assistir em nossos canais de comunicação. As atividades fecham o ciclo de formação em Direitos Humanos deste ano.

Semad realiza reuniões para apresentar projeto de Recuperação Socioambiental

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) realizou reuniões com comunidades atingidas de Brumadinho com o objetivo de apresentar o Projeto Conceitual de Recuperação Socioambiental do Ribeirão Ferro-Carvão e parte do Ribeirão Casa Branca. O projeto detalha o cronograma e etapas para a recuperação das áreas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, incluindo áreas atingidas por obras emergenciais e manejo de rejeitos. Comunidades atingidas criticam o processo de reparação socioambiental, apontando falta de participação social, o que gera novos danos e violações de direitos no território.



Foto: Felipe Cunha / Aedas

POVO EM LUTA, RIO DE ESPERANÇA 9 ANOS EM BUSCA DE JUSTIÇA

O rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, liberou milhões de metros cúbicos de rejeitos, contaminando a Bacia do Rio Doce e transformando as vidas de comunidades ao longo de 45 municípios.



**SOLIDARIEDADE ENTRE A BACIA DO PARA OPEBA
E A BACIA DO RIO DOCE NA LUTA POR JUSTIÇA,
REPARAÇÃO E NÃO REPETIÇÃO.**